



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ - IPI**  
Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001  
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47



**ATA Nº 301 DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CMP – ANO 2024 – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.**

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro (21/11/2024) às 14h (quatorze horas), reuniram-se, em sessão ordinária na sala de reuniões do IPI, os conselheiros titulares a seguir nominados: Antônio Carlos Cunha (ASPMI), Gleide Nara de Amorim (SINDIFOZ), Constância da Silva Anacleto (ASPAMI), Marcia Bertoldi Pereira (GOVERNO), Vitor Paul Woyakewicz (IPI) e Willian Meurer (CVI). Compondo o quórum, estavam presentes ainda os conselheiros suplentes João Alberto da Silva (ASPAMI) e Francisco Eduardo Johannsen (SINDIFOZ), a Diretora-Presidente do IPI, Sra. Maria Elisabeth Bittencourt, o Diretor de Investimentos, Sr. Jean Polidoro, e a equipe de transição administrativa do novo governo, representada por Dulce Maria Amaral Pereira, Mauri Cabral e Manoel Rodrigues da Conceição. **PRIMEIRO ASSUNTO DO DIA: APROVAÇÃO DA ATA N. 300 DO CMP:** Os membros do CMP fizeram a conferência da ata n. 300, vinculada à reunião ordinária do mês de outubro de 2024, sendo aprovado o documento por unanimidade. **SEGUNDO ASSUNTO DO DIA: RECEPÇÃO DA EQUIPE DE TRANSIÇÃO ADMINISTRATIVA:** A Diretora-Presidente do IPI cumprimentou os presentes, agradeceu a participação dos conselheiros e da equipe de transição administrativa, que acatou o convite e veio conhecer, no dia de hoje, o trabalho do Conselho Municipal de Previdência. O Presidente do CMP, conselheiro Vitor Paul Woyakewicz, estendeu os cumprimentos de boas vindas e fez uma breve explicação acerca da constituição, competência e funcionamento do CMP (artigos 113 e 114 da Lei Complementar municipal n. 13/2001, RPPS de Itajaí/SC). Entregou também uma cópia do “Relatório com Pautas Pendentes para Inclusão no Planejamento de 2025”. As pautas do CMP são constituídas por matéria de natureza legal, pragmática, de impulso do IPI e institucionais. A Diretora-Presidente mencionou que as três vagas dos representantes governamentais serão substituídas no início do ano que vem, e sempre são providas por servidores em cargos

de provimento efetivo. Os atuais conselheiros possuem a possibilidade legal de até duas reconduções. A Presidência do Conselho, por sua vez, é alternada entre representantes das associações/sindicato (SINDIFOZ, ASPAMI e ASPMI) e os representantes governamentais. O Sr. Mauri Cabral, integrante da equipe administrativa do novo governo, mencionou que hoje é a terceira reunião da transição. O objetivo não é a fiscalização, mas, sim, o intercâmbio de informações para o novo governo. Elogiou o trabalho do IPI e o dinamismo da autarquia. A representante Dulce Maria Amaral Pereira também agradeceu a forma democrática da transição. Embora o trabalho tenha um conteúdo e importância enormes, a transição tem sido leve. Há um grupo que já sabe o que faz e para onde segue. A autarquia está bem desenvolvida e não trará dores de cabeça para o novo governo. Agradeceu também o Conselho e a recepção de toda a equipe. O Sr. Mauri ressaltou que o trabalho da transição foi facilitado pela entrega de relatórios e informações. Não há dado sonogado. A Diretora-Presidente do IPI destacou que a intenção é assegurar o respeito aos aposentados, à autarquia e ao bom funcionamento do regime próprio de previdência. Que sempre haja um olhar humano para os aposentados, servidores e para a autarquia. O Presidente do Conselho ainda enfatizou que o CMP não é um órgão político, porém depende da atenção de órgãos administrativos e técnicos de outras áreas do governo. É importante que a nova equipe se situe e tenha governabilidade. A partir deste momento, fez-se a leitura conjunta do “Relatório com Pautas Pendentes para Inclusão no Planejamento de 2025”. Dentre as principais pendências, destacou-se a regularização de contribuição previdenciária sobre licenças, cedências e afastamento de servidores; adequações sobre emissão de LTCAT, PPP e reconhecimento de atividade especiais; convênio com a ASPMI; acompanhamento da regularização das contribuições sobre vantagens temporárias; eleição do Conselho Fiscal – antecipação da data eleitoral e adequações das normas de regulamentação; e prosseguimento das discussões sobre a Reforma da Previdência – Plano de Benefícios. A Diretora-Presidente do IPI também sugeriu a entrega de uma cópia do Regimento Interno do CMP. O conselheiro Francisco Eduardo Johannsen, por sua vez, opinou pela aproximação do IPI com o novo Secretário de Administração do Município. Desejou que o novo Secretário possa compreender as dificuldades e dar andamento a cada pendência que esteja vinculada à sua área de gestão. Duas secretarias seriam fundamentais para o bom trabalho do IPI: Secretaria da Fazenda (com o repasse dos recursos na data certa) e Secretaria de Administração, por envolver a perícia e a saúde ocupacional, além de proceder à instrução de documentos e

formação de processos. O conselheiro Francisco solicitou ainda que o IPI não seja visto como um custo ou um peso, mas como parte integrante do patrimônio municipal. É para o bem-estar e resguardo dos servidores e aposentados. O Sr. Manoel Rodrigues da Conceição (Nelinho) agradeceu também a receptividade de toda a equipe atual de gestão do IPI, desde a Beth (Diretora-Presidente), os Diretores até os demais servidores. Ressaltou que ele, pessoalmente, sempre teve um olhar especial para o IPI e com a vida funcional dos servidores. Deu como exemplo a situação do Porto e dos seus empregados públicos. Houve uma tentativa de sua inclusão no IPI no ano de 2018 e novamente agora no ano de 2024. A situação não pode ser aceita e o IPI precisa ser objeto de cuidado e preocupação. Embora atraente, o IPI merece essa atenção especial. Mencionou ainda a CELESC como exemplo de uma entidade com política pública de pré-aposentadoria. Há de se propiciar planejamento e qualidade de vida para o servidor. A Diretora-Presidente destacou o programa de 12 horas/aula já desenvolvido pelo IPI, com foco na pré-aposentadoria. O curso é feito anualmente. Em 2023, a Secretaria de Educação não autorizou a participação dos seus servidores. Em 2024, o curso será nos dias 09 e 11 e nos dias 16 e 18 de dezembro no Plenário da Câmara de Vereadores de Itajaí, com a convocação dos servidores. Há uma abordagem técnica e emocional muito importante. O Presidente do CMP, conselheiro Vitor, frisou que o objetivo é tornar o IPI o regime previdenciário mais forte do estado de Santa Catarina, e o sonho é que ele seja autossustentável (com contribuições e investimentos), sem necessidade de aportes. A conselheiro Constância da Silva Anacleto lembrou, ainda, o trabalho realizado pela ASPAMI (Associação dos Servidores Públicos Aposentados Municipais de Itajaí) no pós-aposentadoria, com momentos de convívio, recreação, café, viagens e diálogo entre os aposentados. Há um coquetel mensal, dois a três almoços por mês, ônibus para passeio e jantares especiais, como o que acontecerá na semana que vem com 160 pessoas. A ASPAMI, portanto, está aberta para o governo de transição. **TERCEIRO ASSUNTO DO DIA:** **APROVAÇÃO DO NOVO MEMBRO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS:** A Diretora-Presidente do IPI apresentou o servidor Fernando Castellón Filho para integrar o Comitê de Investimentos da autarquia, ampliado com fundamento na Lei Complementar n. 454/2024, que deu nova redação ao artigo 115 da Lei Complementar n. 13/2001. O servidor Fernando já foi aprovado na certificação do Ministério da Previdência e, antes mesmo, já detinha a qualificação CPA-10 (Certificação Profissional ANBIMA Série 10). Ingressou como servidor efetivo na Prefeitura de Itajaí no ano de 2009

e é servidor efetivo do IPI desde o ano de 2013. Compôs também o Conselho Municipal de Previdência no período de 2017 até 2024. A ideia é auxiliar o Diretor Jean na gestão dos recursos. Conforme relatado pela Diretora-Presidente, é uma equipe dedicada e competente. Todos os servidores do IPI são efetivos. Em relação ao Fernando, a Diretora-Presidente destacou a sua participação em todas as áreas do IPI, com dinamismo, proatividade e eficiência. Fernando usou a palavra, agradeceu a acolhida no Conselho, defendeu a importância dos Regimes Próprios de Previdência Social e expôs, ainda, o seu interesse na legalidade e boa gestão da carteira de investimentos. Colocada em debate a proposta de nomeação do servidor, houve a sua aprovação, por unanimidade. Ficaremos agora com cinco integrantes no Comitê de Investimentos, todos já certificados. Acerca do servidor Leonardo de Lara Bertollo, que já está no Comitê de Investimentos, a Diretora-Presidente informou a prorrogação da sua cessão ao IPI pela Prefeitura de Itajaí por mais três meses, período em que a nova gestão poderá conhecer o seu trabalho.

**QUARTO ASSUNTO DO DIA:**  
**APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE INVESTIMENTOS (DIRETOR JEAN); EXPLICAÇÕES SOBRE INQUÉRITO POLICIAL QUE ENVOLVE A DOLLAR BILLS, TARPON E MAG DISTRIBUIDORA:**

O Diretor de Investimentos do IPI, Sr. Jean Polidoro, fez uma breve explanação acerca do cenário econômico atual. Em relação à carteira de investimento do IPI, as notícias são boas. Até o mês de outubro, a rentabilidade do ano de 2024 atingiu 10,69%, com a meta atuarial em 8,29%; portanto, a rentabilidade está 2,4% acima da meta. Já as preocupações no cenário econômico mundial dizem respeito às eleições norte-americanas. O mercado não esperava a vitória do republicano Donald Trump; por isso, aguarda-se um aumento do dólar, sem perspectiva de redução, e o objetivo é ingressar mais um pouco no mercado externo, protegendo (escorando) parte do nosso patrimônio no dólar. O cenário interno brasileiro também é preocupante. Os juros estão altos (11,25% SELIC) e a inflação segue em alta. Informou ainda o Diretor que o IPI recebeu o valor de 25 milhões de reais de rentabilidade dos seus investimentos e já foi aproveitado o montante para a compra de novos títulos públicos. O que mais tem afetado o mercado de ativos é o cenário norte-americano e a ausência de corte de gastos que o governo brasileiro não está fazendo. Acerca do inquérito policial que envolve a Dollar Bills, Tarpon e MAG Distribuidora, o Diretor relatou ao CMP a investigação sobre suposto pagamento de comissões aos gestores para realizarem investimentos nesses fundos. O presidente da ABIPEM (Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais), Sr.

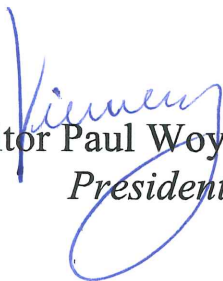
João Carlos Figueiredo, que possui uma rivalidade com a ANEPREM (Associação Nacional de Entidades de Previdência Municipal), teria se valido da sua posição para influenciar a destinação de recursos, induzir investimentos. A situação é delicada, envolve pessoas influentes, mas não há relação com a legalidade ou legitimidade de nenhum produto (investimentos em ações). O debate é sobre a indução de investimentos e o suposto pagamento de comissões a gestores, porém os fundos possuem todas as certificações técnicas. Por isso, o IPI, embora não seja mencionado em nenhum momento no inquérito policial nem possua relações com o grupo gestor da ABIPEM, tem se prevenido, abriu um relatório interno, já conversou com o Conselho Fiscal e tem agido de forma muito transparente. Muitos RPPS's até cogitaram, inicialmente, o resgate do produto, mas é preciso cautela. Sobre o produto, não há nenhuma acusação de ilegalidade. O Conselho Municipal de Previdência toma ciência das informações e o IPI, por intermédio de suas Diretorias e pelo Conselho Fiscal, também continuará monitorando os fatos. No atual momento, não há deliberação a ser tomada sobre o assunto. **QUINTO ASSUNTO DO DIA: PRESIDÊNCIA DO IPI – INFORMAÇÕES DA OBRA DA NOVA SEDE ADMINISTRATIVA:** A Diretora-Presidente informou que a construtora responsável pela execução da obra solicitou a prorrogação do prazo final de entrega até o dia 31 de março. A equipe atual de gestão pretende fazer um vídeo de prestação de contas e ficará, portanto, para o novo governo o acompanhamento da parte final da obra. Utensílios como fogão, geladeira, cadeiras e aparelhos de ar condicionado (split) já foram comprados, e outros móveis serão reaproveitados. A justificativa para prorrogação do prazo diz respeito, principalmente, às chuvas e questões estruturais da construção. A arquiteta fez a previsão de paredes ao invés de divisórias no prédio, o que tornou mais complexa a construção. De qualquer forma, o serviço tem sido executado pela construtora, com acompanhamento, fiscalização e medição de todos os serviços. **SEXTO ASSUNTO DO DIA: INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS DO IPI – PROGRAMA PÓS-APOSENTADORIA E CAFÉ COM APOSENTADOS:** A Diretora-Presidente compartilhou a informação que o Programa de Pós-Aposentadoria do IPI, com conteúdo de 12 horas/aula, será realizado em dois momentos distintos para alcançar o número máximo possível de servidores. Ocorrerá nos dias 09 e 11 e nos dias 16 e 18 de dezembro no Plenário da Câmara de Vereadores de Itajaí. O Café com Aposentados, em parceria com a ASPAMI (Associação dos Servidores Públicos Aposentados Municipais de Itajaí) será no próximo dia 27 de novembro no salão nobre da ASPMI, localizado na Rua Otto Hoier, n.

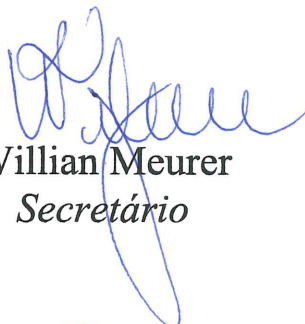
*[Handwritten signature and notes in blue ink on the right margin]*

45, bairro Cidade Nova, Itajaí. **SÉTIMO ASSUNTO DO DIA: DELIBERAÇÃO SOBRE O OFÍCIO DO SINDIFOZ PARA ALTERAÇÃO DO MEMBRO TITULAR DO CMP:** O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Região da Foz do Rio (SINDIFOZ) solicitou, por intermédio do Ofício n. 164/2024, de 05 de novembro do corrente ano, a alteração da titularidade e suplência dos membros do CMP, indicados por aquele Sindicato. A titularidade da vaga passaria para Francisco Eduardo Johannsen e a suplência para Gleide Nara de Amorim. Todavia, após debate do Conselho e por uma questão formal expressamente prevista no artigo 113, § 6º, da Lei Complementar n. 13/2001, a Conselheira atualmente titular da vaga, Gleide Nara de Amorim, não pode ser destituída, sem a sua expressa renúncia. A própria conselheira Gleide, mandatária da vaga, concordou com o procedimento e disse que oficializará a sua renúncia. Somente depois dessa etapa, será possível a substituição pleiteada pelo Sindicato.

**OITAVO ASSUNTO DO DIA: ASSUNTOS GERAIS: (I)** A Diretora-Presidente ponderou que, por intermédio do Ofício n. 450/2024/IPI, do dia 18 de novembro de 2024, as Secretarias municipais de Administração e Fazenda foram informadas sobre o acerto financeiro pelo recolhimento previdenciário que incidiu em vantagens temporárias não-incorporadas. Nos termos da Lei n. 7.476/2023 e conforme a regulamentação da Instrução Normativa n. 66/2023, o IPI listou todos os servidores que fazem jus à restituição dos descontos previdenciários que incidiram sobre as verbas de insalubridade e adicional noturno no período compreendido entre dezembro de 2019 a março de 2023, com a devida correção monetária pelo IPCA/IBGE, para fins de registro e lançamento das rubricas de restituição na folha de pagamento dos servidores referente à competência do mês de novembro de 2024. O valor patronal atualizado a ser restituído ao Município é de R\$ 1.727.794,57, e o valor do segurado atualizado a ser restituído aos servidores é de R\$ 1.055.548,36. Tais valores correspondem ao quantitativo de 301 servidores com restituição previdenciária sobre valores de insalubridade e 162 servidores com restituição sobre valores de adicional noturno, totalizando 463 servidores do Regime Previdenciário; **(II)** Em razão do contingenciamento de recursos determinado pelo Poder Executivo, não haverá a inscrição e o envio de conselheiros para capacitação funcional no Congresso Nacional de Previdências, a realizar-se nos dias 11 a 13 de dezembro de 2024, no estado do Rio Grande do Sul; **(III)** Em relação à certificação profissional dos integrantes do CMP junto ao Ministério da Previdência, o conselheiro Antônio Carlos Cunha informou que

realizará a prova no final do mês de novembro, embora tenha até o dia 31 de julho de 2025 para comprovar a sua habilitação; e (IV) A análise/aprovação da Política de Investimentos do IPI ficará para a próxima reunião ordinária do CMP, uma vez que a deliberação do Comitê de Investimentos será na semana que vem. Solicitou-se também, a pedido da conselheira Gleide, que uma cópia da ata da reunião do Comitê seja encaminhada para o CMP. Sendo o que foi discutido, eu, Willian Meurer, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada por todos os presentes. Itajaí (SC), 21 de novembro de 2024.

  
Vitor Paul Woyakewicz  
*Presidente*

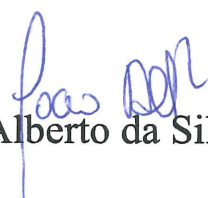
  
Willian Meurer  
*Secretário*

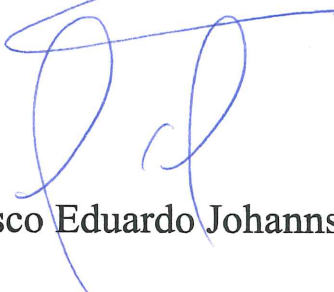
  
Gleide Nara de Amorim

  
Marcia Bertoldi Pereira

  
Antônio Carlos Cunha

  
Constância da Silva Anacleto

  
João Alberto da Silva

  
Francisco Eduardo Johannsen